

## TRABALHO E INFORMALIDADE NA ANGOLA CONTEMPORÂNEA

Work and informality in contemporary Angola

Trabajo e informalidad en Angola contemporanea

---

**Anacleto Aníbal Xavier Domingos**

Mestrando em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA)

[domingo59xavier@gmail.com](mailto:domingo59xavier@gmail.com)

**Alexandro Sousa Brito**

Doutor em Ciências (UFRRJ)

Professor do Departamento de Ciências Econômicas (UFMA)

[alex\\_brito@yahoo.com](mailto:alex_brito@yahoo.com)/[as.brito@ufma.br](mailto:as.brito@ufma.br)

---

### Resumo

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise das relações de trabalho em Angola e mostrar a natureza de sua informalidade sem perder de vista o movimento sócio histórico de sua formação. Mostra a participação do legado colonial na falta da cultura salarial, no desmonte da estrutura produtiva e na construção do caráter dependente da economia de Angola. Retrata também o surgimento da informalidade e sua posterior ampliação, isto é, mostra a necessidade da minimização deste fenômeno para a criação do trabalho decente na sociedade angolana. A pesquisa foi desenvolvida a partir do método histórico-analítico, histórico no sentido de que procuramos seguir o percurso da História de Angola para poder compreender como se foi tecendo as relações de trabalho observando mais de perto o fenômeno da informalidade e analítico por fazermos a análise de alguns dados socioeconômicos.

**Palavras-chave:** Relações de trabalho. Informalidade. Angola.

### Abstract

This paper aims to analyze labor relations in Angola and show the nature of its informality without losing sight of the socio-historical movement of its formation. It shows the participation of the colonial legacy in the lack of wage culture, in the dismantling of the productive structure and in the construction of the dependent character of the Angolan economy. It also portrays the emergence of informality and its subsequent expansion, that is, it shows the need to minimize this phenomenon for the creation of decent work in Angolan society. The research was developed from the historical-analytical method, in the sense that we seek to follow the course of the History of Angola in order to understand how the labor relations were weaving by observing more closely the phenomenon of informality and analytical by doing the analysis of some socioeconomic data.

**Keywords:** Labor relations. Informality. Angola.

### Resumen

Este artículo tiene como objetivo hacer un análisis de las relaciones de trabajo en Angola y mostrar la naturaleza de su informalidad sin perder de vista el movimiento socio histórico de su formación. Muestra la participación del legado colonial en la falta de cultura salarial, en el desmonte de la estructura productiva y en la construcción del carácter dependiente de la economía de Angola. También refleja el surgimiento de la informalidad y su posterior ampliación, es decir, muestra la necesidad de minimizar este fenómeno para la creación del trabajo decente en la sociedad angoleña. La investigación fue desarrollada a partir del método histórico-analítico, histórico en el sentido de que buscamos seguir el recorrido de la Historia de Angola para poder comprender cómo se fue tejiendo las relaciones de trabajo observando más de cerca el fenómeno de la informalidad y analítico por hacer el análisis de algunos datos socioeconómicos.

**Palabras clave:** Relaciones laborales. La informalidad. Angola.

---

### **Algumas considerações iniciais**

Entendemos que antes de fazermos uma incursão sobre o legado do processo de libertação de Angola<sup>1</sup>, precisamos tecer algumas brevíssimas considerações teóricas sobre as condições de assalariamento e informalidade, tendo em vista que estes conceitos vão costurar o nosso texto desde o início. Não só por essas razões, mas também porque a literatura sobre o trabalho assalariado e sobre a informalidade possui uma forma de explicação deste fenômeno que de certo modo encontramos confrontos durante essa pesquisa. Trabalho assalariado constitui uma relação em que a troca da força de trabalho por salário é a força motriz na relação. Diferindo-se dos demais tipos de relação laboral por prescindir de relações de dependência extra econômicas. A relação de assalariamento se transformou na principal forma de relação de trabalho com o advento do capitalismo industrial com a transformação da força de trabalho em mercadoria.

A informalidade por sua vez, está associada a geração de renda por parte dos não incluídos na relação formal de trabalho, principalmente nos países em desenvolvimento. Este conceito abarca a discussão sobre como inserir no mercado de trabalho organizado o excedente de mão de obra e como eliminar ou legalizar certos tipos de ocupações e assim poder melhorar a maneira como as atividades são computadas no Produto Interno como explicita Silva:

---

<sup>1</sup> Angola é um país recente, que integra o rol de territórios que fizeram parte da dominação colonial portuguesa em África. Alcançou a independência no dia 11 de Novembro de 1975. O seu nome advém do aporuguesamento do nome dos reis do Reino do Ndongo – Ngola –, que se localizava, no século XVII, perto da atual capital do país, Luanda (MENEZES, 2000). Angola está situada na zona subequatorial e tropical do hemisfério sul, e ocupa a parte sudoeste do continente africano, sendo banhado pelo oceano Atlântico em cerca de 1.600 quilômetros, fazendo fronteira a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico.

Desde sua origem, “informal” tem sido uma noção orientada para discutir “o outro lado” da problemática, se não exatamente do emprego, ao menos da mobilização ativa do trabalho – ou seja, ela foi proposta para analisar as dificuldades e distorções da incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo em contexto nos quais o assalariamento era pouco generalizado. Em consequência, sempre tendeu a focalizar prioritariamente seus estratos mais desfavorecidos e a desenvolver em torno deles um debate sobre a natureza, as condições e os limites de sua integração econômica, lidos como adaptação desses grupos à estrutura social à qual pertenciam, isto é, de seu papel (ou função, ou necessidade) na produção da riqueza (SILVA, 2003, p. 142-143).

Durante a nossa pesquisa sobre a realidade angolano, no que concerne a relação laboral e como consequência a análise da informalidade, observamos que em Angola, o formal alimenta o informal de tal forma que a relação formal de trabalho constitui um subterfugio para a realização e perpetuação de atividades informais.

A pesquisa nos permitiu concluir que este tipo de relação laboral que chama para si algumas condições extra econômicas, isto é, que extravasa o simples cálculo econômico, se dá devido a própria História de Angola, da sua inserção na economia-mundo. Sendo inserida num primeiro momento como fornecedora de mão de obra que seriam escravizados em outros continentes, em um segundo momento como fornecedora de matéria-prima para o centro dessa economia mundo. Como extensão desse momento, se dá a exportação do petróleo como produto que fornece maior parte das receitas do Estado. Os legados desse modo de inserção que identificamos são: a destruição do aparelho produtivo e gerencial do Estado; a economia centralizada assim como a de mercados; como extensão desta última, a orientação de política econômica focada no salário; e a economia de enclave.

Estes pontos, como será observado ao longo do texto, explicam a natureza da relação de trabalho e da informalidade em Angola.

O artigo está dividido em duas seções, além desta, que demarcam períodos históricos diferentes, abarcando a primeira seção o período que vai da independência em 1975 até a mudança de orientação política, isto é, do regime de partido único ao democrático em 1992, abrangendo também todo o período de guerra civil. A segunda seção discute retoma a discussão as relação de trabalho e sobre informalidade em Angola já no pós guerra civil em 2002, ou seja, mostramos como a informalidade se torna redentora na Angola contemporânea.

### **Breves considerações sobre o legado do processo de libertação de Angola.**

## **A destruição do aparelho produtivo e gerencial do Estado e as implicações para economia nacional.**

A independência de Angola foi um marco na tentativa de estruturação de um mercado de trabalho nos moldes da decência das relações laborais. A orientação política e econômica adotada pelas lideranças angolanas no pós independência determinou as políticas de emprego e renda até a aplicação do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF) do biênio 1989-1990.

Duas características da economia colonial foram herdadas pela Angola pós-colonial, isto é, “a primazia absoluta da extração simples na composição do PIB e a primazia absoluta na propriedade empresarial e na ocupação de funções técnicas, por estrangeiros, de fixação tão aleatório que, estes abandonaram massivamente o país em virtude da mudança de estatuto político (GONÇALVES, 2010, p. 77)”. O novo ambiente político que Angola estava a viver reformulou a sua pirâmide social e o modo como se distribuía a riqueza. Os desentendimentos entre os diversos partidos que participantes do processo de libertação de Angola provocou uma guerra civil que dizimou muitos angolanos aos longos dos seus 27 anos de duração, isto é, terminando em abril de 2002, mas muito antes, o processo de libertação colonial já havia destruído muito do ativo público angolano, isso devido à violência que um processo de libertação demanda.

A mão-de-obra qualificada que trabalhava em Angola no período colonial teve que abandoná-la como parte do processo de descolonização que destruiu os seus ativos, tendo em vista que o governo colonial português não se preocupava em formar os quadros técnicos africanos para ocuparem os cargos públicos. Essa fuga de mão-de-obra deixou o país com poucos homens para administrar o novo Estado-nação que acabara de se formar, Menezes afirma que os colonizadores:

Fugiram do país, abandonando ou destruindo bens ou levando o que podiam, cerca de 80% dos colonos portugueses (responsáveis pela direção e funcionamento das empresas, instituições públicas e privadas), algo em torno de 300 mil pessoas, junto com um número não calculado de angolanos “aculturados” ou “civilizados” (segundo os termos usados na época colonial) e que contribuíam para o funcionamento da economia. Praticamente toda a “elite” do país se foi para Portugal ou outros países. O resultado, sobretudo após a “independência” foi um país “acéfalo”, contando com um número reduzido de quadros (alguns retornados após a libertação), geralmente despreparados para dirigir os organismos econômicos remanescentes (MENEZES, 2000, p. 215).

O processo de libertação, num primeiro momento, paralisou o aparelho produtivo de Angola, obrigando as novas autoridades a encontrar um caminho que levasse a recuperação dos setores mais simples como a agricultura e o pequeno comércio. Mas os níveis de desabastecimentos fizeram o governo criar uma Comissão Nacional de Abastecimentos, criando assim uma empresa estatal que pudesse suprir o mercado – foi criado a Importang, que se ocupava de todo o comércio e importação. O setor privado foi deixado em segundo lugar, estatizando-se assim as antigas empresas abandonadas pela administração colonial. Na década de 1980, “Angola sofreu o choque da queda dos preços do petróleo, que lhe fez perder cerca de 700 milhões de dólares em relação às previsões. A capacidade de importação de alimentos foi drasticamente reduzida, e os inevitáveis fenômenos de aumento da penúria e aumento dos preços agravaram-se (GONÇALVES, 2010, p. 80)”, forçando o governo a lançar o Programa de Saneamento Econômico Financeiro entre 1989 e 1990, com vista a receber empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI).

### **A orientação da política econômica: o papel do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro - SEF.**

Segundo Manuel da Rocha, no que concernia a política salarial, o SEF tratava de “valorizar o salário, ou seja, assegurar a correspondência entre o nível de rendimentos e o montante da produção (ROCHA, 2014, p.44)”. Na verdade, o SEF era a ponte para a economia de mercado elaborada pelo governo do MPLA (Movimento pela Libertação de Angola), como se pode ver plasmado no Programa

A política salarial e laboral deverá atuar sobre os rendimentos passados – conferindo um poder de compra futura às remunerações nominais acumuladas e derivadas do desequilíbrio entre Fundo Mercantil e Fundo de Salários Nominal – e sobre os rendimentos correntes, atuando sobre os preços em valor do Fundo Mercantil (ROCHA, 2014, p. 44).

O discurso proferido por José Eduardo dos Santos<sup>2</sup> no primeiro Seminário Nacional sobre o Saneamento Econômico Financeiro fica patente a intenção da mudança de orientação política:

---

<sup>2</sup> José Eduardo dos Santos – nascido 28 de Agosto de 1942). É um político angolano que foi o segundo Presidente de Angola de 1979 a 2017. Deixou o cargo em setembro de 2017, sendo sucedido por João Lourenço.

A intenção do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro, em nível do redimensionamento do setor estatal e do reenquadramento do setor privado, não é a reprivatizar, mas sim a de tornar a gestão mais eficiente, concentrando o esforço do aparelho estatal nas tarefas mais urgentes e controlando e acompanhando a atividade privada dos artesãos, pequenos produtores, etc., nomeadamente na área da produção de bens essenciais (produtos agrários e agroindustriais) para que se conforme com os objetivos da política econômica definida pelo Partido (SANTOS apud ROCHA, 2014, p. 45).

Essa política anunciada no final dos anos 1980 teve como objetivo básico de permitir a transição do modelo centralizado para a economia de mercado, tendo em vista os gargalos que primeiro se haviam herdado do colonialismo português – uma economia dependente basicamente de um produto. Segundo Rodrigues (2013), após a independência, se criou uma dicotomia entre os setores petrolíferos e mineiro e os outros setores produtivos. Dicotomia esta que não permitiu a dinamização dos outros setores da economia não conseguiu transferir os ganhos de produtividade dos setores petrolíferos e mineiros para o resto da economia. Tanto que Hodges (2002, p. 144-145), identifica cinco fatores que explicam a falta de dinamização dos outros setores da economia angola no pós independência a saber: “o estado de insegurança; pouca mão de obra qualificada; instabilidade macroeconômica; políticas de limites a concorrência; deterioração das infraestruturas”.

O mercado de trabalho do final dos anos 60 até o final do período de economia centralizada assim como após a liberalização dos mercados em 1992 foi marcadamente dual – por um lado, sendo o setor público o maior amortecedor do desemprego ao centralizar as atividades econômicas, criando os postos formais de emprego, que por sua vez não absorvia toda a população em idade de trabalhar tendo em vista que só na década de 1970 “a população ativa em Angola situava-se nos três milhões (53%), sendo 76% dos ativos (2.284.023) produtores independentes e 24% assalariados (751.977) ( RODRIGUES, 2003, p. 283)”.

De 1967 a 1971, cresceu à 4% ao ano o número de assalariados em Angola. Surgiram nessa época também algumas instituições formais com o objetivo de proteger o trabalhador, como o Instituto do Trabalho, Segurança e da Ação Social (1968), com ressalva aqui que estas entidades eram voltadas a proteção do trabalhador português em Angola principalmente da zona urbana. Por outro lado, o sistema socialista implantado após a independência, cuja previsão era difundir as relações formais de trabalho através da industrialização e do desenvolvimento econômico, “[...] promovendo-se, ao mesmo tempo, o crescimento do proletariado, a efetividade das práticas e racionalidades ficou aquém dos resultados esperados, criando assim

a necessidade de inventar esquemas como forma de tornear ou acelerar (esses resultados) (RODRIGUES, 2003, p. 284)”.

Esses esquemas surgidos da economia centralizada vão se acentuar com a economia de mercados – é a informalidade. Esse período marca a proliferação do informal como estratégia de sobrevivência por parte da população.

### **A informalidade como estratégia de sobrevivência.**

Os salários nesse período de proliferação do setor informal não cobriam as despesas do trabalhador devido a altos níveis de inflação sendo o “valor econômico e social dos salários oficiais virtualmente iguala a zero (RODRIGUES, 2003, p. 285)”. A situação econômica de Angola depois da independência, como já frisamos mais acima, não era das melhores, a inflação corroía os salários tornando-os quase sem função na economia incrementando a informalidade como mostra Rocha. “Os salários em Angola sofrem de distorções provocadas por uma procura social privada, sociologicamente de expressão reduzida mas com um elevado poder de compra econômico. Este poder de compra pressiona os preços e faz disparar a inflação” (ROCHA apud RODRIGUES, 2003, p. 286)

Desse modo, a procura de alternativas ao salário incrementa o setor informal e número de pessoas nele envolvidos. Os salários serviam de fontes de incremento das atividades informais, podendo, desse modo, um trabalhador estar no setor público e ao mesmo tempo desenvolver uma atividade no setor informal da economia.

Essa falta de cultura do assalariamento nos primeiros momentos do pós independência, foram provocados pelo movimento colonial que não assegurou, até a sua derrocada, um capitalismo demandante do trabalho assalariado – através do prolongamento de relações de trabalho forçado. E também incrementados pela forma repentina com se tentou implantar o sistema socialista, que permitiu a inserção de uma boa parcela de trabalhadores ao mercado de trabalho, leia-se o aparelho estatal. As altas taxas de inflação sem correção no nível dos salários tornavam este último insuficiente para a sobrevivência dos trabalhadores obrigando muitos a apenas procurar o trabalho formal para assegurar uma fonte de estabilidade que permitisse sustentar os negócios informais privados.

Mas mesmo registrando-se a prática de salários insuficientes, a realidade é que a procura de um emprego no setor formal é constante. Das principais razões na base deste comportamento destacam-se a preferência por um posto de trabalho seguro e a garantia de se poderem concretizar expectativas quando a situação econômica melhorar (RODRIGUES, 2003, p. 286).

À esta estabilidade que o emprego formal gera acrescenta-se “o fato de os salários serem conjugados com os rendimentos obtidos através de outras atividades desenvolvidas pelas famílias; a obtenção de outras regalias para além do salário e a ligação a redes de solidariedade várias através dos empregos formais; prestígio que a integração numa organização formal implica (RODRIGUES, 2003, p. 286)”.

Esse comportamento em relação ao assalariamento, ou seja, a imbricação entre os rendimentos formais e os obtidos fora da relação salarial está atrelado ao fato de que em África, e Angola não foge à regra, a valorização social do sucesso está ligado ao suporte familiar que uma determinada pessoa pode garantir, consumindo dessa forma a poupança em vez de se investir em um negócio novo o lucro obtido. E o fato de,

Os salários ou os rendimentos individuais em geral serem adicionados aos rendimentos globais das famílias condiciona o aumento da competitividade e da produtividade econômica: as iniciativas individuais que alguns (poucos) agentes econômicos urbanos levam a efeito são absorvidas (em termos de poupança gerada) por comportamentos de solidariedade social, pela afirmação (absorvente) da família alargada e da família-providencial (RODRIGUES, 2003, p. 287).

Por um lado, se a canalização de recursos para a posição da familiar impede a geração de capitais individuais, por outro lado confirma a sobrevivência das famílias. Este comportamento estava bem presente na Angola socialista, mas também vamos encontrá-lo, com contornos totalmente diferentes após a liberalização do mercado em 1992.

### **Informalidade, dependência e economia de enclave**

No que concerne ao aumento e consolidação da informalidade<sup>3</sup> em Angola como a outra parte do mercado de trabalho que não era absorvido pela Administração Pública, foi no início

---

<sup>3</sup> Representa o conjunto de atividades que, escapando ao controle legal, não são contabilizadas nas contas nacionais e envolvem a participação de agentes econômicos de várias índoles no domínio da ação produtiva, laboral e de serviços, movimentando de forma não declarada parcelas importantes do PIB (QUEIROZ, 2016, 31)”.



dos anos 1980 e nas décadas seguintes, com a independência de muitos países africanos, que a situação de dependência econômica começa a se consolidar, devido a necessidade de financiamento deixada pelos colonizadores, começando assim o caráter de dependência – apesar da adoção do regime socialista. Angola nasce como uma economia dependente primordialmente de um produto – o petróleo. Apesar do modelo socialista e com o apoio da ex-União Soviética, Angola manteve no seu interior um enclave capitalista – isto é, manteve em seu território as grandes petrolíferas, como forma de financiar o seu desenvolvimento.

A dependência colonial é passada aos capitais internacionais que se encontravam presentes no território quando da independência de Angola de Portugal. Esses capitais, atraídos pela possibilidade de exploração comercial do petróleo no enclave de Cabinda, no extremo norte do país. Esses capitais se tornaram essenciais para o regime político que logo compreendeu que não conseguiria financiar a transição sem os mesmos. Colocando assim, Angola numa dependência do mercado internacional do petróleo. E isso ficou evidente com a crise do petróleo da década de 1970. Se estruturando, portanto, toda uma economia em volta do setor petrolífero e outros setores voltados à extração tanto de minério quanto a do petróleo, deixando por sua vez a economia nacional cada vez mais dependente da importação de produtos e ao mesmo tempo dependente da exportação de produtos primários, principalmente do petróleo como se observa na tabela abaixo.

**Tabela I – Produção, preço e receitas de exportação de petróleo, Angola de 1980 a 1992.**

<b>Ano</b>	<b>Produção Total (milhões de barris)</b>	<b>Preço Médio Barril (US\$)</b>	<b>Receita de Exportação (milhões de US\$)</b>
<b>1980</b>	40,7	34,2	1391
<b>1982</b>	39,2	31,7	1246
<b>1983</b>	54,8	27,8	1525
<b>1984</b>	64,1	27,3	1748
<b>1985</b>	73,4	26,0	1906
<b>1986</b>	92,1	12,6	1164
<b>1987</b>	116,3	17,5	2036
<b>1988</b>	146,1	14,5	2125

<b>1989</b>	152,2	17,5	2637
<b>1990</b>	159,5	22,1	3525
<b>1991</b>	171	18,5	3161
<b>1992</b>	188,1	18,3	3435

Fonte: Banco Mundial. Compilado por M.E.Ferreira (apud MENEZES 2000, p. 400).

Muito do que fora estabelecido pelo colonizador foi devastado durante o processo de descolonização como mostra o Menezes:

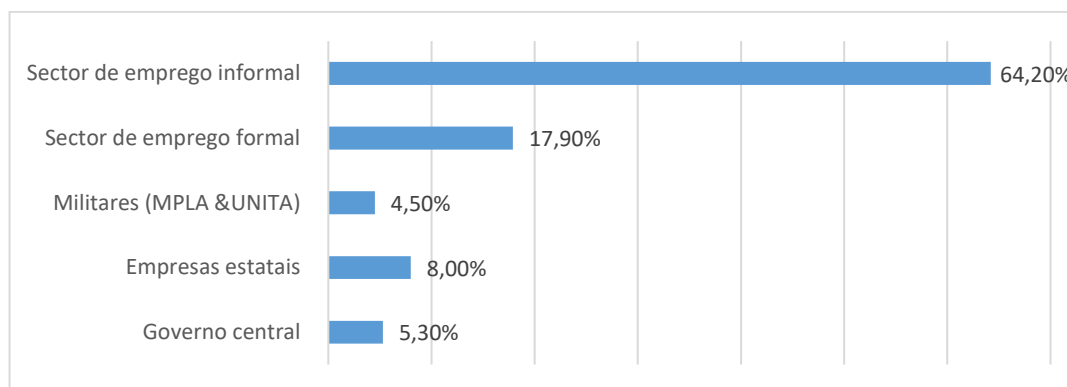
O cenário econômico prevalecente antes da libertação se desmontou, sobretudo com o “grande êxodo” dos monopolistas, dos gestores e dos demais colonos portugueses (além dos “angolanos cooptados pelo colonizador) e pela destruição física ou abandono do patrimônio produtivo existente no território (pelos refugiados e pela guerra) (MENEZES, 2000, p. 34).

O “enclave do petróleo” como afirma Menezes (2000, p.53), se tornou uma inovação em uma economia socialista. A guerra entre os grupos que lutaram na libertação do colonizador destruiu a maior parte do patrimônio produtivo de Angola a isso associado o “êxodo” que menciona Menezes, a falta de trabalhadores qualificados fragilizaram a economia. Nos anos 1980 com a queda do preço do petróleo, Angola teve necessidade de aumentar a quantidade produzida, mas devido a incapacidade de oferta teve que contrair empréstimos a organismos internacionais. Com esses empréstimos viam os conhecidos Planos de Ajustes Estruturais ou as “condicionalidades”. Demandava-se, portanto, o fim do sistema socialista e a adoção da “economia de mercado” adotada em 1992. Os Planos Ajuste Estruturais, promovidos pelo FMI e o Banco Mundial, têm impactos sociais perversos assim como para os Estados-nação, nas palavras de Chossudovsky:

O pacote de estabilização econômica destrói a possibilidade de um “processo de desenvolvimento econômico nacional endógeno” controlado por estrategistas políticos nacionais. As reformas do FMI- Banco Mundial dismantlam brutalmente os setores sociais dos países em desenvolvimento, anulando os esforços e as lutas do período pós-colonial e revertendo com uma “canetada” o progresso já conseguido. ... As medidas de austeridade levam à desintegração do Estado, remodela-se a economia nacional, a produção para o mercado doméstico é destruída devido ao achatamento dos salários reais e redireciona-se a produção nacional para o mercado mundial. Essas medidas implicam muito mais que a gradual eliminação das indústrias de substituição de importação: elas destroem todo o tecido da economia doméstica (CHOSSUDOVSKY 1999, p. 60).

A década de 1980 foi o momento da guinada da informalidade em Angola, continuando até os dias de hoje. Só na década de 1990 o setor informal empregava mais que outros setores como mostra o gráfico I abaixo.

**Gráfico I – Estrutura da força de Trabalho Nacional, Angola, 1990.**



Fonte: IDRALF Ministério do Plano e UNICEF.

O fortalecimento do “enclave do petróleo” por parte do Governo, acabou drenando a maior parte dos investimentos contraídos com os organismos internacionais, prejudicando por outro lado o mercado interno, criando-se assim mercados paralelos que permitiam o abastecimento das lacunas deixadas pela presença do Estado.

Começando a surgir grandes feiras aonde se encontrava todo o tipo de produtos. Isso como consequência da liberalização do mercado que a transição para a “economia de mercado” engendrou. Como forma de sobrevivência e também devido a ineficiência do Estado, o setor informal se consolidou em Angola. E com este, aumentou o número dos trabalhadores informais como mostra a tabela acima. Surgiram assim em Luanda, como no país todo, os kandongueiro, as kinguilas, os roboteiros e as zungueiras (LOPES, 2004), termos que expressam bem o mercado informal angolano. Os candongueiro surgem da falta de transportes coletivos, as kinguilas surgem do contrabando de divisas, os roboteiros são os prestadores dos trabalhos braçais e as zungueiras são mulheres que vendem de tudo um pouco podendo esta atividade ser também exercida por homens. O período do pós guerra civil caracterizou-se pelo esforço de maior regularização do mercado de trabalho em maior criação de postos de trabalho – este movimento, ou seja, o arranque das atividades produtivas passa pelo recuperação do aparelho industrial com vista a criar as condições para o “ aumento do emprego, para a contenção do

informal e para a criação de estruturas formais que favoreçam a estabilidade dos rendimentos das famílias, o aumento da proteção social e a minimização dos diversos riscos associados à sobrevivência e reprodução das famílias e dos indivíduos ( RODRIGUES, 2013, p. 2011)”.  
**Trabalho na Angola contemporânea**

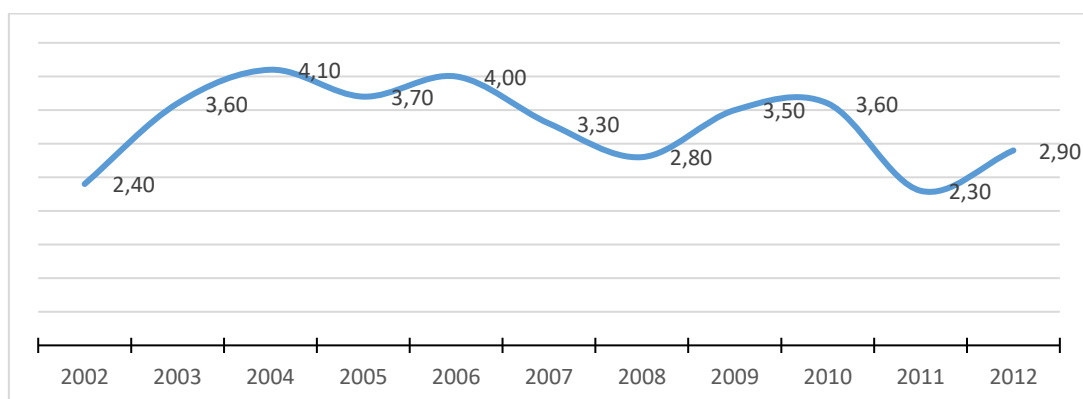
O mercado de trabalho angolano do pós Guerra Civil certamente herda os gargalos que não foram ultrapassados com o ganho da independência devido a imediata imersão em um conflito armado de proporções catastróficas para o país. O desemprego da força de trabalho andou pari e passu com as altas taxa de crescimento econômico que o país vislumbrou desde 2002. A desigualdade econômico-social não se alterou muito nos anos mais recentes como mostrarão dados que serão apresentados nesta seção. Boa parte dessa realidade é devido a “prolongada guerra civil, a dependência continuada das receitas do petróleo e dos diamantes criou riquezas imensas para alguns e pobreza extrema para a maioria, pois apenas uma pequena elite tem acesso aos rendimentos do petróleo e boa parte da população vive numa economia destruída pela guerra e sem acesso nem mesmo aos serviços mais básicos (SILVA, 2013, p. 29)”.  
O longo período de Guerra Civil, o monopólio do setor petrolífero, a concentração de renda, a vulnerabilidade externa, incapacidade do empresariado, crescimento demográfico, como apontaremos mais adiante estruturam de certo modo o estado atual da economia angolana.

Assim como o desemprego, a pobreza é um problema grave em Angola. Os dados do Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População, realizado pelo Instituto de Estatística de Angola entre 2008/2009 demonstra muito bem essa realidade. 36,6% da população é pobre e possuem um rendimento médio diário inferior a 1,25 dólares. Ainda segundo o Inquérito, 60% da população possuíam em 2009, 5.086 kwanzas (169,5 kwanzas por dia que equivaliam a 1,9 dólares por dia). No que concerne ao desenvolvimento do capital humano ou qualificação da força de trabalho, tem se envidado esforços nesse sentido, tendo em vista que o estoque de quadros é muito reduzido. Segundo Rocha (2014, p. 37), “tudo, ou quase tudo, o que está no (des)emprego e na pobreza perpassa pelo stock de capital humano. Reduzir a pobreza é valorizar o capital humano, assim como garantir a empregabilidade nas vertentes de formação, qualificação e competência técnica”.

Segundo Manuel José Alves da Rocha, “não existe, por enquanto, um mercado de trabalho estruturado em Angola, onde a lei da oferta e da procura atue conforme os seus princípios. Coexistem dois sistemas: o formal, regulamentado (excessivamente, de acordo com algumas posições doutrinárias) e pouco dinâmico, e o informal, dotado de uma elevada capacidade de adaptação às dificuldades do dia-a-dia e de uma extraordinária flexibilidade. O sistema formal de empregos é dominado pelo Estado (Administração Pública central, provincial e local), o comércio, outros serviços e construção. Estes setores representavam em 2002, 42,1% do emprego total e em 2012 cerca de 43,1%” (ROCHA, 2014, p. 115).

O crescimento médio anual do emprego em Angola, no período de 2002 a 2012 foi, segundo as Contas Nacionais de 3,4%, observando-se taxas acima de 3% entre os anos 2004 e 2006 conforme o gráfico II abaixo.

**Gráfico II – Taxas de crescimento do emprego em Angola, de 2002 a 2012.**



Fonte: INE, Contas Nacionais 2002-2012.

A observação do mercado de trabalho angolano a partir dos seus setores de atividade nos permite explicar a consolidação do setor petrolífero. O setor que mais participa no total da renda é o dos petróleos mas é o que menos emprega devido a sua natureza que é o uso intensivo de capital e energia. Tanto que na estrutura do emprego por setores atividades, o setor petrolífero participa apenas com 0,4% em 2002 não se alternando em 2012 como mostra a tabela II. A indústria transformadora, não obstante a sua conhecida capacidade de criação de empregos, não tem conseguido assumir o seu papel, apesar das medidas implementadas<sup>4</sup>; o setor da Construção

---

<sup>4</sup>Segundo o Plano de Médio Prazo para o Período 2009-2013 do Ministério da Indústria, as principais medidas visando materializar a política industrial foram: Preparação do pacote legislativo para criação dos Pólos de

sai de 4,2% em 2002 para 7,1 em 2012, devido a necessidade de reconstrução do país destruído pela guerra. Os governantes não têm demonstrado uma posição clara em relação a liberalização ou não do mercado de trabalho angolano, mas o que se vê e que ficou bem patente com a Nova Lei Geral do trabalho é a tendência a liberação com vista criação de mais empregos. Aqui chamamos atenção a necessidade de se criar mais empregos decentes não qualquer tipo de emprego como advogam alguns defensores da Reforma Trabalhista no Brasil – um discurso bom para os ouvidos mas, prejudicial a classe trabalhadora.

**Tabela II – Participação dos setores no estoque de emprego total, Angola de 2002 a 2012.**

<b>Setores de atividade</b>	<b>2002</b>	<b>2004</b>	<b>2006</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>
<b>Agricultura. Pecuária e floresta</b>	55,20	54,30	53,40	52,40	51,60	51,80
<b>Pescas</b>	0,70	0,70	0,60	0,70	0,70	0,70
<b>Petróleo e gás</b>	0,40	0,30	0,30	0,40	0,40	0,40
<b>Diamantes e outros</b>	0,30	0,70	0,80	0,50	0,40	0,40
<b>Indústria Transformadora</b>	1,40	1,20	1,20	1,20	1,20	1,30
<b>Eletricidade</b>	0,10	0,20	0,20	0,20	0,20	0,20
<b>Construção</b>	4,20	5,20	5,80	6,40	6,80	7,10
<b>Comercio</b>	19,70	19,60	19,30	19,00	18,80	18,90
<b>Transportes/armazenamento</b>	1,70	1,70	1,60	1,60	1,70	1,70
<b>Correios/telecomunicações</b>	0,10	0,10	0,10	0,10	0,20	0,20
<b>Bancos e seguros</b>	0,10	0,10	0,20	0,30	0,40	0,40
<b>Estado</b>	8,10	8,00	7,80	8,40	8,80	7,80
<b>Serviços imobiliários</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Outros serviços</b>	8,20	8,20	8,70	9,90	9,00	9,20

Fonte: INE, Contas Nacionais 2002-2012.

Os salários como frisamos na seção 1, nem sempre são suficientes para a sobrevivência do indivíduos, preferindo muitos fazer negócios para complementar a renda. Muito em parte pelas altas taxa de inflação que retiram o poder de compra do consumidor. Segundo Silva:

---

Desenvolvimento Industrial da Caála – Huambo e Matala – Huila; Conclusão da Estratégia de Reindustrialização de Angola; Preparação da Estratégia da Agroindústria; Preparação do pacote legislativo para a criação de Zonas Francas Industriais e Zonas Económicas Especiais ; Contribuição na preparação da Pauta Aduaneira dos Direitos de Importação e Exportação; Implementação do sistema de Licenciamento e Cadastro Industrial; Melhoramento do processo de recolha e tratamento da Informação Estatística; Reabilitação e apetrechamento dos Centros de Formação do Ministério da Indústria

Em Angola o vínculo laboral e o salário que daí advém não constitui necessariamente fonte de rendimento bastante para a subsistência, o que faz com que geralmente se opte pelo negócio, pela proliferação da corrupção, pela proliferação do informal, com conivência do executivo do Estado (SILVA, 2013, p. 35).

O mercado de trabalho angolano como um todo é caracterizado por “baixos salários, ausência emprego, segregação espacial, baixa escolaridade da população, distribuição geográfica desproporcional da oferta de emprego, fraca mobilidade social e ausência de perspectiva em relação à melhoria de vida (SILVA, 2013, p. 36)”.

O setor petrolífero é o que mais paga bons salários, e a diferença entre o salário médio mensal nacional e este setor é quase de 21 vezes (Tabela III). Caso grande incluíssemos o setor agrícola, que possui o salário médio mais baixo (6100 kz) a diferença seria muito maior.

**Tabela III – Evolução dos salários médios mensais por setores de atividade, Angola 2002 a 2012.**

	Salário Mínimo Nacional	Salário Manufatura	Salário no Sistema Financeiro	Salário nos Correios e Telecomunicações	Salário no Petróleo
<b>2002</b>	2.842,60	5.239,90	91.755,60	342.055,30	116.901,70
<b>2003</b>	5.602,500	9.973,80	171.468,70	51.747,20	144.023,60
<b>2004</b>	7.525,60	14.614,60	211.370,40	98.849,20	170.414,70
<b>2005</b>	10.109,70	19.105,50	208.833,40	118.097,80	195.931,20
<b>2006</b>	12.879,1	23.999,60	316.750,40	107.025,70	271.989,10
<b>2007</b>	15.591,80	28.988,10	340.206,80	127.169,00	319.077,40
<b>2008</b>	20.759,30	35.874,300	229.730,00	107.160,90	357.644,50
<b>2009</b>	23.805,50	38.333,9	2.537.006,3	91.189,30	432.248,30
<b>2010</b>	26.117,30	40.970,80	270.203,30	79.786,80	543.370,80
<b>2011</b>	33.609,90	43.071,00	284.315,70	74.149,90	606.560,50
<b>2012</b>	37.076,90	45.049,60	295.102,00	69.880,10	664.826,00

Fonte: CEIC (2012), Estudos dos salários e remunerações em Angola.

No que concerne a produtividade, isto é, a produção por trabalhador, fica evidente as assimetrias setoriais. O setor petrolífero, devido à natureza – demandante de capital e tecnologia de ponta. Excluindo esse setor, a manufatura aparece com a segunda maior produtividade 96.500 dólares por trabalhador em 2014 enquanto isso, a agricultura que é a que mais emprega ronda os 1000 dólares por trabalhador (CEIC, 2014), segundo a tabela IV abaixo.

**Tabela IV – Produtividade por setor de atividade (usd/trabalhador) I, Angola 2008- 2014.**

Setores de atividade	2008	2009	2010
<b>Agricultura. Pecuária e floresta</b>	1.143,00	1.115,70	1.387,90
<b>Pescas</b>	39.899,10	32.128,40	31.488,10
<b>Petróleo e gás</b>	680.365,60	393.952,60	451.425,50
<b>Diamantes e outros</b>	37.814,40	20.858,00	356.334,60
<b>Industria Transformadora</b>	52.504,00	3.815,50	50.566,10
<b>Eletricidade</b>	42.496,60	69.411,10	67.605,60
<b>Construção</b>	18.465,40	15.766,10	19.872,60
<b>Comercio</b>	8.347,80	6.549,40	7.177,40
<b>Transportes/armazenamento</b>	25.956,10	14.482,20	19.759,20
<b>Estado</b>	20.202,70	20.089,10	18.891,70

Fonte: CEIC, ficheiro estudos sobre produtividade e emprego, com base nas contas nacionais.

Tabela V – Produtividade por setor de atividade (usd/trabalhador) II, Angola 2008- 2014

Setores de atividade	2011	2012	2013	2014
<b>Agricultura. Pecuária e floresta</b>	1.646,10	1.757,80	2.050,20	1.777,20
<b>Pescas</b>	35.108,20	33.986,00	37.193,10	33.053,80
<b>Petróleo e gás</b>	594.298,60	610.716,90	617.848,40	501.583,10
<b>Diamantes e outros</b>	65.301,90	64.186,80	39.699,10	58.873,90
<b>Industria Transformadora</b>	94.849,90	69.316,40	142.842,90	96.511,80
<b>Eletricidade</b>	83.084,20	205.682,40	35.663,50	15.334,60
<b>Construção</b>	22.376,50	28.334,00	33.507,80	247.226,00
<b>Comercio</b>	7.501,60	5.945,80	9.165,90	8.207,20
<b>Transportes/armazenamento</b>	18.537,10	25.140,60	33.853,20	23.698,80
<b>Estado</b>	31.148,70	34.694,50	30.496,90	29.853,40

Fonte: CEIC, ficheiro estudos sobre produtividade e emprego, com base nas contas nacionais.

Nesse contexto, de crescimento vigoroso acompanhados de fraca ampliação dos postos de trabalho, a informalidade, se torna o refúgio de muitos trabalhadores que não conseguem o registro nas estatísticas oficiais, ela está bem presente na economia angolana e move o seu mercado de trabalho – em meio a falta de proteção, a elevada incidência de pobreza, a informalidade em Angola se torna redentora no sentido aplicado por Manoel Malagutti (2000) ao descrever este fenômeno no Brasil. Os resultados do Inquérito sobre o Bem-estar da População mostraram, no que se refere a informalidade, que 65% da população economicamente ativa são independentes ou trabalham por conta própria e 35% trabalham por



conta de outrem e ao analisar a população empregada por setor de atividade, observou-se que a agricultura empregava 46% dos trabalhadores e os serviços 45 % e a indústria<sup>5</sup> absorvia os ínfimos 9% (IBEP,2013).

O relatório evidencia uma realidade herdada dos tempos coloniais agravada pela guerra. Os tempos coloniais legaram uma economia concentrada em um setor rentável que pudesse satisfazer com mais celeridade as necessidades dos capitais estrangeiros e das elites do país – tendo o fator nacional grande influência neste processo. As cadeias produtivas do petróleo junto com o setor público criam a maior parte dos empregos formais. O crescimento robusto dos anos após a guerra civil não se traduziram em proteção social para a população, através da eliminação paulatina da falta de assalariamento entre a população trabalhadora em Angola.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste artigo, tratamos dos fatores que explicam as relações de trabalho formal e informal em Angola, começando do final do período colonial com a independência em 1975, até o pós guerra civil. Traçamos na primeira seção desses fatores como a destruição do aparelho produtivo e gerencial do Estado provocado pelo processo de libertação e não recuperado até o fim da guerra civil em 2002.

O processo destruiu fisicamente os ativos do Estado, assim como expulsou o pessoal que cuidava da administração do Estado – isto porque a maioria desse pessoal era da metrópole portuguesa e poucos angolanos haviam sido formados durante o período colonial. Um segundo fator foi a centralização da economia logo após a independência do colonizador português, num primeiro momento a centralização ajudou a amortecer o desemprego, mas o déficit estrutural que por sua vez levou a alta da inflação que corroía o poder de compra, fizeram surgir os esquemas que fomentaram o processo da informalidade nas relações de trabalho. O terceiro fator, a mudança da orientação política, tendo o salário como a variável estratégica, também não interrompeu o processo de informalização cada vez mais acentuado da economia e por consequência das relações de trabalho, um quarto fator é consolidação da economia de enclave,

---

<sup>5</sup> Agricultura refere-se a agricultura, produção animal, caça e silvicultura e pesca. Indústria refere-se a indústria extrativas, transformadora e de construção. Serviços referem-se ao comércio por grosso e a retalho, alojamento e restauração, transportes, armazenagem e comunicação, atividades financeiras, atividades imobiliárias, alugueres e serviços às empresas, administração pública, defesa e segurança social, educação, saúde e ação social e outras atividades.

que foi na verdade o modo de inserção de Angola na economia internacional após a independência em 1975. Este momento tem reflexo mais perenes sobre situação atual da relação de Angola com o mundo, sendo perpetuou uma dependência que é a econômica que acaba tirando dos Estado o poder de ação sobre políticas públicas de emprego e renda.

Os anos após a guerra civil, isto é, em 2002, foi acompanhado de um crescimento econômica alto, mas observamos ainda a incidência persistente do fenômeno da informalidade das atividade, das relações laborais. O incremento da dependência do setor petrolífero como fonte das receitas do Estado. Concluimos, com isso, que a informalidade se torna redentora (MALAGUTI, 2000), na medida em que amortece a crise social provocada pelos fatores sócio históricos descritos neste estudo. A informalidade “[...] minimiza a situação de desemprego e miséria dos trabalhadores excluídos do setor formal, proporciona baixas remunerações em nível geral, além de provocar uma queda na arrecadação tributária, em função da peculiaridade do setor informal trabalhar à margem da tributação oficial (PRIEB, 2005, p. 198)”.

### **Referências bibliográficas**

CEIC (Centro de Estudos e Investigação Científica) – **ficheiro de estudos sobre produtividade e emprego**

\_\_\_\_\_ **Estudos dos salários e remunerações em Angola**, UCAN, 2012.

\_\_\_\_\_ Relatório Económico de Angola, 2014.

INE (Instituto Nacional de Estatística), **Contas Nacionais, 2002-2010**

\_\_\_\_\_ **Contas Nacionais, 2007-2012**.

\_\_\_\_\_ **Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008/2009**

CHOSSUDOVISKY, Michel. **A Globalização da Pobreza: os impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

GONÇALVES, Jonuel. **A economia de Angola: da independência à crise mundial de 2008**. Revista Tempo do Mundo |rtm|V.2| n°3| dez. 2010.

HODGES, Tony. **Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem**. Cascais: Principia, 2002.

Inquéritos sobre Despesas e Receitas dos Agregados Familiares em Luanda – Ministério do Plano e UNICEF de 1990.

LOPES, Carlos. M. **Candongueiros, kinguilas, roboteiros e zungueiros: uma digressão pela economia informal de Luanda**. VIII Congresso Luso-Afro-brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo, Boitempo, 2000.

MENEZES, Solival. **Mamma Angola: sociedade e economia de um país nascente**. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2000.

PRIEB, Sérgio. **O trabalho à beira do abismo: uma crítica marxista à tese do fim da centralidade do trabalho**. Ijuí: Edit. Unijuí, 2005.

QUEIROZ, Francisco. **Economia Informal: o caso de Angola**. Luanda, Almedina, 2016.

ROCHA, José Alves da. **Salários, distribuição de rendimento e crescimento equitativo**. Luanda, Mayamba, 2014

RODRIGUES, Uldesman, Cristina. **Trabalho assalariado e estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em Luanda**. Luanda, 2003.

\_\_\_\_\_ <<Aspectos socioculturais do desenvolvimento produtivo urbano em Angola>>, Cadernos de Estudos Africanos [online], 11/12/2007, posto online no dia 21 de agosto 2013, consultado em 11 de maio de 2018.

SILVA, Mara Eloise. Caetano da. **O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho angolano: estratégias, trajetórias e contextos socioprofissionais**. Lisboa, Dissertação, 2013.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Mercado de Trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: Santana, Marco Aurélio; Ramalho, Jose Ricardo. **Além da Fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.